



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura**Internacional**

ano 5 • nº 19 • 15 a 21/06/08 • ISSN1809-6182

Resenhas

14/06/2008 – Reunião do G8 no Japão: da questão energética à inflação mundial..... p.01

As cidades japonesas, Aomori e Osaka, recentemente sediaram duas reuniões que contaram com a participação do G8 e de alguns países emergentes. A pauta das reuniões foi centrada em questões globais, como a alta do preço do petróleo e dos alimentos, o desenvolvimento de fontes energéticas alternativas, bem como a crise do dólar.

16/06/2008 – Reconstrução de Angola.....p.05

Com ajuda internacional e do governo local, Angola vem sendo reconstruída depois de mais de 25 anos de vividos sob guerra civil

18/06/2008 – Reforma no FMI..... p.09

A Assembléia dos Governadores, órgão máximo de decisão no FMI, aprovou em abril de 2008 uma alteração na distribuição do poder de voto na instituição. A reforma é continuação de um processo iniciado em 2006, que foi criticada pelos países em desenvolvimento.

Reunião do G8 no Japão: da questão energética à inflação mundial

Resenha
Economia & Comércio/Integração Regional
Luísa Chaves Lima
14 de junho de 2008

As cidades japonesas, Aomori e Osaka, recentemente sediaram duas reuniões que contaram com a participação do G8 e de alguns países emergentes. A pauta das reuniões foi centrada em questões globais, como a alta do preço do petróleo e dos alimentos, o desenvolvimento de fontes energéticas alternativas, bem como a crise do dólar.

Nas primeiras duas semanas de junho, Ministros de Energia e das Finanças dos sete países mais industrializados do mundo, Japão, Canadá, Alemanha, França, Itália, Estados Unidos e Reino Unido mais a Rússia, que formam o G8¹, em conjunto com representantes da Índia, China e Coreia do Sul, se reuniram em Aomori. Uma semana mais tarde, apenas os membros oficiais do G8, voltaram a se encontrar em Osaka (ambas as cidades no Japão) para debaterem problemas mundiais atuais que envolvem desde a energia até a inflação mundial.

No dia 7 de junho de 2008, Ministros de Energia dos Estados Unidos (EUA) e das quatro maiores economias asiáticas - China, Japão, Coreia do Sul e Índia -, que juntas são responsáveis pela metade do consumo de energia do mundo, se reuniram em Aomori. Nesta reunião, os representantes demonstraram “séria preocupação” com os altos preços do petróleo, principalmente porque China e Índia, de acordo com a Agência Internacional de Energia (AIE)², são

responsáveis por quase metade da expansão de demanda por petróleo prevista até 2030. Além disso, a China deverá superar os EUA como o maior consumidor mundial de energia em 2010.

O encontro em Aomori aconteceu imediatamente após a alta recorde do preço do barril de petróleo alcançou US\$ 139,00, correspondendo à maior alta já registrada em um único dia. Esse recorde representa o aumento de 8% do preço do barril de um dia para outro.

O Ministro de Energia estadunidense, Samuel Bodman, disse antes do início da reunião que a alta nos preços do petróleo é um “choque”, mas não uma crise, além de apontar o problema dos subsídios ao petróleo (na compra) como uma das causas do aumento da demanda do mesmo: “É um choque, mas se olharmos para a taxa de produção de petróleo mundialmente, ela tem sido de 85 milhões de barris por dia por três anos seguidos. Sabemos que a demanda está aumentando porque muitos países ainda estão subsidiando petróleo³, o que tem que acabar.”, afirmou Bodman.

¹ Vide glossário.

² É integrada por 27 países industrializados do mundo, entre os quais não estão a China nem a Índia.

³ Para fim de esclarecimento, os subsídios ao petróleo são praticados por aqueles que compram o produto, ou seja, pelos países importadores de petróleo.

Entretanto, tentativas de redução de subsídios praticados pela Índia, por exemplo, levaram a greves e confrontos. O Ministro de Energia indiano, por sua vez, reiterou que não pretende suspender por completo os subsídios, afirmando que um aumento repentino do preço do petróleo no seu mercado doméstico causaria impacto significativo (como as próprias greves) para a população bem como para a estabilidade social e política de seu país.

O comunicado divulgado pelos cinco países após a reunião, disse que os preços (do petróleo) não têm precedentes, e vão contra os interesses dos consumidores e dos países produtores.

Espera-se, portanto, principalmente, que Índia e China, se incorporem às discussões que visam à estabilidade do mercado petrolífero. De igual forma, é esperado que concordem no estabelecimento de metas de preservação energética⁴, a exemplo do uso de fontes alternativas (como a nuclear e eólica), além de discutirem formas de compartilhamento de tecnologia para desenvolvimento dessas fontes nesses países.

No dia seguinte, 8 de junho de 2008, foi a vez dos Ministros de Energia do G8 darem início a uma nova reunião, também em Aomori, na qual discutiram as melhores formas de economia de energia que não comprometam o meio ambiente, segundo a agência de notícias japonesa Kyodo. A reunião também contou com a participação da China, Coréia do Sul e Índia.

“Compartilhamos uma grande preocupação pelo nível atual do preço do petróleo.”, declararam os onze países em um comunicado conjunto. Além de reiterarem a preocupação pela discrepância entre oferta e demanda de petróleo mundial e constante aumento do

preço do mesmo [Ver também: [Novos campos petrolíferos e seus efeitos](#)], os onze países pediram um aumento da produção de petróleo pelos maiores produtores. A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), por sua vez, representante de 40% da produção mundial, até agora se negou a ampliar a produção, por considerar que a alta dos preços se deve “à especulação e não a um déficit da oferta”.

No que diz respeito às causas do aumento do preço de petróleo, nem os próprios representantes do G8 conseguiram chegar a um acordo sobre a exata origem dessa instabilidade. Os EUA, por exemplo, apontaram o desequilíbrio entre a oferta e a demanda como a principal causa, além de insistirem na necessidade de serem reduzidos os subsídios aos produtores dos derivados de petróleo. A Europa e a China, por outro lado, consideram que a injeção de capital especulativo⁵ nas economias é que está fazendo o preço do petróleo subir consideravelmente.

Além do aumento da produção, os países consideraram “urgente” a necessidade de investimentos no setor energético alternativo, como maneira de frear o consumo de petróleo e, conseqüentemente, controlar seu preço no mercado mundial.

Ao início dos debates, os titulares da Energia dos países participantes se mostraram mutuamente preocupados com a questão e se pronunciaram em sentidos semelhantes. O Ministro japonês Akira Amari advertiu que “se deixarmos a situação como está, poderemos chegar a uma recessão da economia mundial.”. Já o

⁴ Essas metas de preservação energética seriam o uso de fontes alternativas de energia e todas as práticas energéticas que não teriam impactos negativos para o meio ambiente.

⁵ Capital especulativo é o capital destinado a produzir lucros rápidos através de atividades de especulação. O investidor (ou qualquer outro indivíduo que pratique a especulação) compra um produto qualquer esperando sua valorização, e vende logo após.

Ministro da Rússia (a qual possui papel essencial entre os exportadores mundiais) Serguei Shamtko, que disse pretender continuar sendo “um abastecedor de energia estável para os outros países.”. O Ministro sul-coreano Lee Youn-Ho, por sua vez, explicou que é necessário haver cooperação internacional para a manutenção da estabilidade da economia mundial como um todo.

Ao final da reunião, Akira Amari explicou que o G8 criou um marco comum, a Associação Internacional para Cooperação sobre Eficácia Energética (IPEEC, sigla em inglês), dedicada à economia de energia. Essa iniciativa recém-lançada em matéria de eficiência energética possui caráter voluntário e, ao mesmo tempo, de suma importância. O G8 acredita que é fundamental que os países participem ativamente desta iniciativa, principalmente, aqueles em desenvolvimento que possuem parcela significativa do consumo mundial de petróleo, como Índia, Coréia do Sul e China, os mesmos participantes convidados do G8 em Aomori.

Os termos que constituem a IPEEC são ainda muito gerais, contudo, espera-se que até o final de 2008 os países participantes da Associação concretizem os detalhes que compõem o marco, o que inclui desde relatórios anuais até reuniões de primeiro escalão das burocracias estatais.

O Ministro Amari ainda destacou que os onze países reunidos consomem 65% da energia mundial e produzem 65% das emissões de dióxido de carbono (CO₂) – substância que provoca o efeito estufa. “A mudança climática e os temas energéticos são as duas faces da mesma moeda.”, resumiu.

Dessa forma, os onze países concluíram que “uma análise mais exaustiva dos determinantes do mercado do petróleo” deve ser feita e que seria preciso discutir mais sobre a questão na reunião de

ministros de Finanças, a qual ocorreu em Osaka uma semana mais tarde.

Nos dias 13 e 14 de junho de 2008, os ministros de Finanças do G8, contando com a participação do Diretor geral do Fundo Monetário Internacional (FMI), Dominique Strauss-Kahn, realizaram uma reunião em Osaka, no intuito de estudarem os riscos das pressões inflacionárias – derivada da alta dos preços dos alimentos [Ver também: [Alta mundial dos preços de alimentos](#)] e do petróleo – para o crescimento econômico mundial.

Os representantes do G8 reconheceram que o momento é delicado. Segundo eles, a alta dos preços do petróleo e alimentos em conjunto com o dólar fraco e a crise hipotecária estadunidense [Ver também: [Economia estadunidense sob risco de recessão](#)] contribuem para o chamado “longo período de baixo crescimento”.

Os ministros destacaram, também, as severas consequências da crise dos alimentos e defenderam uma ajuda emergencial a curto prazo para os maiores importadores de alimentos e com pouco poder aquisitivo, como alguns países africanos.

Em relação ao petróleo, os ministros do G8 ainda persistiram em buscar as causas do problema. Entretanto, passaram a tarefa de buscar explicações concretas sobre o “mistério” de seu alto preço ao FMI, devendo examinar fatores reais e que estão por trás das altas das cotações do petróleo e de sua volatilidade.

Assim sendo, o G8 espera que o FMI tome uma posição entre as hipóteses que aponta a especulação como “culpada” ou a versão de que a crise é resultado de uma produção insuficiente, o que gera discrepância entre oferta e demanda. O FMI, por sua vez, se comprometeu a divulgar um relatório sobre essa questão em sua próxima Assembleia Geral, a ser realizada em outubro de 2008. O aumento do preço das matérias-primas representa, concluiu o G8, representa “um desafio

global”.

Durante a reunião, houve também algumas negociações bilaterais. Japão, Reino Unido e EUA protagonizaram uma dessas negociações, e pediram aos países desenvolvidos para doarem dinheiro ao fundo contra a mudança climática impulsionada por essas três nações. Essa reserva, criada para promover “energias sustentáveis”⁶, corresponde ao Fundo de Tecnologias Limpas, criado pouco antes no início da reunião dos ministros de Finanças. Ainda, esse fundo foi idealizado e representado pelo Secretário do Tesouro Americano, Henry Paulson, pelo ministro da Economia da Inglaterra, Alistair Darling, pelo titular japonês de Finanças, Fukushima Nukaga, e pelo presidente do Banco Mundial, Robert Zoellick.

Segundo os criadores do Fundo de Tecnologias Limpas, “é preciso agir” para ter sucesso com a sua criação. O Fundo pretende reunir US\$ 10 bilhões até antes do fim de ano, quantia esta que servirá de ajuda aos países em desenvolvimento para estabelecerem programas que contribuam para a redução de emissões de CO₂. Japão, Reino Unido e EUA seriam também os principais doadores deste novo fundo, com contribuições entre um bilhão e dois bilhões de dólares cada, a serem administrados pelo Banco Mundial.

O presidente do Banco Mundial enfatizou as ações de países em desenvolvimento contra as mudanças climáticas e reconheceu seus esforços. Sobre isso, afirmou Zoellick: “O Brasil está colocando em prática políticas e programas que reduzem as emissões do desmatamento e o México adotou uma estratégia ampla contra a mudança climática e trabalha com projetos específicos.”.

Outro encontro bilateral foi entre o representante japonês Fukushima Nukaga e o Secretário do Tesouro americano, Henry Paulson, que se dedicaram à

análise da situação da moeda estadunidense. Em declarações posteriores, Nukaga e Paulson disseram que é preciso observar minuciosamente a evolução dos mercados, antes de qualquer conclusão. “A atual desvalorização do dólar em relação a outras moedas permite ver que a economia americana atravessa um período difícil, mas que suas bases permanecem sólidas.”, disse o secretário do Tesouro.

Tanto a reunião em Aomori quanto a reunião de Osaka, as quais reuniram o G8 e alguns países em desenvolvimento para debaterem sobre os problemas de grande relevância de âmbito mundial, foram reuniões prévias para a reunião de Cúpula do G8 que acontecerá entre os dias 7 e 9 de julho de 2008.

A Cúpula se realizará na Ilha de Hokkaido (Japão) e será destinada, primordialmente, a debates em torno de mudança climática e aquecimento global. Para isso, autoridades da ilha já solicitaram aos seus habitantes, desde abril de 2008, para que incluam sua província na luta contra a mudança climática e reduzam as emissões de gases poluentes de cada lar em 10%, servindo de “lugar ideal para se falar de meio ambiente”. Os presidentes de alguns países em desenvolvimento como Brasil, México, Índia, África do Sul e Indonésia também participarão da cúpula, a convite do G8.

Assim sendo, é possível observar que temas que envolvem a mudança climática estão presentes na pauta de debates de países desenvolvidos cada vez com mais frequência. Isso ilustra também a preocupação dos mesmos com a alta dos preços do petróleo e dos alimentos, e todas as possíveis consequências para suas economias domésticas, como já apontadas.

⁶ “Energias sustentáveis” neste sentido são as energias renováveis e não-poluentes.

Referência

BBC Brasil

<http://www.bbcbrasil.com.br/>

Agência EFE

<http://www.efc.com>

Reuters Brasil

<http://www.br.reteurs.com>

G1 Notícias

<http://www.g1.globo.com>

France Press

<http://www.afp.com>

Ver também:

25-09-2007: [A crise imobiliária estadunidense](#)

14-06-2007: [Os desafios da reunião do G8: do aquecimento global ao escudo antimíssil](#)

22-08-2005: [Reunião do G-8 e outras reuniões marcam agenda do resto do ano](#)

Reconstrução de Angola

Resenha
Segurança / Desenvolvimento
Marina Robspierre
16 de junho de 2008

Com ajuda internacional e do governo local, Angola vem sendo reconstruída depois de mais de 25 anos de vividos sob guerra civil.

No ano de 1961 começaram a emergir movimentos em Angola que buscavam a independência do país diante da colonização portuguesa. A colônia em Angola foi formada em 1535, com a chegada de colonos e soldados vindos de Portugal. Luanda, capital do país, foi estabelecida como cidade no ano de 1605 e, a partir daí, foi estabelecido um constante comércio de recursos naturais, principalmente, com o Brasil, que também era colônia portuguesa.

Somente em 1975, por meio de uma luta armada contra a dominação portuguesa, após quase 500 anos, que Angola se tornou independente. Em seguida, foi formada uma coligação entre o Movimento Popular para Libertação de Angola (MPLA), a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e a Frente Nacional de Libertação de Angola, que lutavam para alcançar a liderança do governo de Angola, já liberto da colonização.

No entanto, a coligação formada não obteve sucesso, levando à guerra civil que se iniciou em 1976 numa disputa entre os partidos MPLA e UNITA. A guerra era caracterizada por grupos populares que se dividiam em blocos, cada um a favor de um partido distinto. Confrontavam-se com o apoio de armas, mas muitas vezes sem capacidade para utilizá-las.

A MPLA foi fundada em 1956 e governa Angola desde 1974 com uma política

marxista. Seus objetivos são de combater racismo, tribalismo e regionalismos que tendem a dividir ainda mais a sociedade africana. Atualmente a MPLA busca, através da eliminação da pobreza e do incentivo à educação, alcançar o bem estar dos angolanos que sofreram pelas consequências da guerra civil.

Os dois partidos principais da coligação formada depois de 1974 têm interesses e objetivos opostos. A UNITA foi criada e liderada por mais de 30 anos pelo político angolano Jonas Savimbi. Foi Fundada em 1966 para dar fim ao colonialismo português e, ao contrário do “marxismo urbanizado” da MPLA, busca proteger direitos rurais e éticos. Tinham o apoio estadunidense e de tropas sul africanas, ao passo que a MPLA tinha apoio do exército cubano.

A UNITA assume muito da rivalidade e das conseqüentes mortes durante a guerra. O secretário de assuntos políticos do partido, Abílio Camalata Numa, afirmou que a “UNITA fez a guerra e assume responsabilidade por muitos de seus erros que ocorreram durante o conflito armado, porque muitas vidas foram perdidas e ninguém tem o direito de matar ninguém.”.

Durante toda a guerra, devido à falta de experiência e de suporte, como armamentos e medicamentos, foram estimadas quase dois milhões de mortes de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU). Mas o governo local

discorda e afirma que foram cerca de quatro milhões de mortos.

Mulheres e até mesmo crianças eram alistadas de maneira forçada para participarem dos confrontos durante a guerra. A participação feminina na guerra sobrecarregou as mulheres com mais um trabalho. Além de ser em responsáveis pelos trabalhos domésticos, também passaram a sustentar a renda da casa.

Estava colocado então um conflito social, no qual homens perdiam parte do seu papel tradicional de sustento da casa. Dessa maneira, além de serem rejeitas por de terem tomado postos antes ocupados pelos homens, elas sofreram abusos sexuais e estupro, dada a revolta masculina nessa nova sociedade formada em Angola no pós guerra.

Além da destruição física das cidades, a guerra também deslocou muitos refugiados para as grandes cidades, provocando uma intensa urbanização em Luanda, que abriga maior parte da população do país. Tal movimento acarreta formação de periferias sem estrutura de abastecimento de água, saneamento básico e eletricidade (linhas de alta tensão estão muito depredadas). Ademais, campos minados e desintegração social e econômica também fazem parte do cenário pós-guerra em Angola.

O Estado angolano não detém recursos suficientes para uma reforma estrutural do país, por isso busca mobilizar ajuda internacional capaz de fornecer todo tipo de doação, desde financiamento para construção civil até compra de medicamentos. A pedido do governo angolano, o Brasil, primeiro país a reconhecer a independência angolana, também tem ajudado bastante na reconstrução de Angola através de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Mais de 750 milhões de dólares foram oferecidos pelo Brasil para investimento na infra-estrutura, energia e

saneamento angolanos.

O Brasil, buscando controlar a economia angolana e promover competição entre produtos brasileiros e africanos, além de ter ajudado na formação da Comissão Econômica para África. O investimento brasileiro em Angola, vem desde o início da relação diplomática entre os países e deixa claro interesse brasileiro. Empresas nacionais brasileiras, em função da ajuda dada à reconstrução de Angola têm mais espaço comercial no país. No entanto, antes mesmo de Angola ser independente, tratados permitiam que empresas brasileiras atuassem em colônias portuguesas.

Em 1991, foram assinados os Acordos de Bicesse, que colocaram limitações à guerra que já durava quinze anos. Apesar desses acordos, a situação permaneceu conflituosa e grupos populares continuam a se enfrentar. Somente em 2001, depois do término da guerra, com o Acordo de Luanda¹, foi possível a obtenção da paz. Deram início, a partir de então, a reconstrução, em sua maioria, feitas por empresas petrolíferas, bancos e seguradoras que impunham seus próprios interesses no país, através de formação de empresas filiais e outras maneiras de monopolização do mercado angolano.

Organizações Internacionais e Organizações não-governamentais também têm papel fundamental na reconstrução do país. A Fundação estadunidense Bill e Melinda Gates doou mais de cinco milhões de dólares para um projeto da Organização das Nações Unidas para agricultura e alimentação (FAO, sigla em inglês). Tal programa busca elaborar projetos que têm como objetivo minimizar a fome e a pobreza em 17 países africanos, dentre eles, Angola.

Atualmente Angola apresenta grande divisão interna, há aqueles que seguem a UNITA e os que acreditam no governo do

¹ Acordo firmado entre a MPLA e UNITA com intuito de instalar a paz em Angola.

MPLA. Os cidadãos não podem transitar tranqüilamente em função dos bloqueios armados. Segundo José Maria Huambo, jornalista angolano, “a pretensa independência agudizou as diferenças étnicas, bem como sócio-econômicas e executou os antagonismos reconciliados, estranhos uns aos outros.” (com adaptações).

Muitos deficientes, em consequência das minas colocadas durante a guerra, sofrem com condições subumanas, pois o país não tem estrutura física nem capacidade econômica para indenizá-los. São homens e mulheres que muitas vezes, perdem casas e são alocados em campos de refugiados de cidades vizinhas que já se encontravam lotados. Ainda hoje muitas minas continuam fazendo vítimas e deixando muitos deficientes em Angola.

É necessário que o governo angolano se junte às Organizações Internacionais para tentar minimizar a situação de miséria da população, fato que já vem acontecendo com grande abertura do governo. Com a reconstrução física e cultural do país, a paz pode ser alcançada de maneira mais direta.

A partir da ajuda internacional, e a relação política com o governo, Angola vem vivendo uma situação mais estável não apenas com relação à infra-estrutura do país, mas também na questão política, institucional e cultural.

<http://diplo.uol.com.br>

Consulado de Angola no Rio de Janeiro

<http://www.consuladodeangola.org>

Embaixada de Angola em Portugal

<http://www.embaixadadeangola.org>

MPLA

<http://www.mpla-angola.org>

Referência

Sites:

BBC Brasil

<http://www.bbc.co.uk/portuguese>

Folha Online

<http://www.folha.uol.com.br>

Angola Digital

<http://www.angoladigital.net>

Le Monde Diplomatique

Reforma no FMI

Resenha
Economia & Comércio
Celeste Cristina Machado Badaró
18 de junho de 2008

A Assembléia dos Governadores, órgão máximo de decisão no FMI, aprovou em abril de 2008 uma alteração na distribuição do poder de voto na instituição. A reforma é continuação de um processo iniciado em 2006, que foi criticada pelos países em desenvolvimento.

A reforma que altera a distribuição de poder de decisão no Fundo Monetário Internacional (FMI) foi aprovada, em 28 de abril de 2008. Aprovaram a alteração 92,93%¹ dos membros da instituição, que aumenta o poder de voto dos países em desenvolvimento e diminui os votos dos países desenvolvidos.

A reforma ocorrida em 2008 é uma continuação de um processo iniciado em 2006 [ver também: [A Reforma do FMI e a insatisfação de Argentina, Brasil, Egito e Índia](#)]. Nesse ano, aumentou-se o poder de voto de apenas alguns membros (China, Coréia do Sul, México e Turquia), o que gerou protestos dos demais países em desenvolvimento por um incremento de seu poder de voto.

No entanto, a reforma de 2006 não era definitiva. Dois anos depois da mudança seria feita uma avaliação da alteração de votos e consolidação das cotas que haviam mudado. Em 2008, os membros decidiram não só manter o poder de voto concedido aos quatro países como também aumentar as cotas de outros países em desenvolvimento. Um exemplo de país beneficiado é o Brasil, um dos maiores críticos do sistema de cotas, que passou da 21ª para a 18ª maior cota.

¹ Para se aprovar uma decisão no FMI é preciso 85% dos votos.

Histórico do FMI

O FMI foi criado ao final da Segunda Guerra Mundial, para enfrentar os problemas econômicos surgidos após a crise de 1929. A Conferência de Bretton Woods, realizada em 1944, tinha como objetivo reorganizar a economia mundial, e deu origem ao Banco Mundial (para cuidar da reconstrução da Europa após a Guerra), ao GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, para regular o comércio internacional) e o FMI, que tinha o objetivo de manter a estabilidade do sistema monetário internacional.

De acordo com o historiador econômico Charles Kindleberger, a estabilidade monetária internacional é garantida por cinco funções: manter um mercado de bens de primeira necessidade, prover empréstimos contra-cíclicos, garantir um sistema de troca entre moedas estável, garantir a coordenação de políticas macroeconômicas e prover empréstimos de última instância em caso de crises financeiras. Ainda segundo Kindleberger, a crise econômica do entre-guerras ocorreu porque não havia uma instituição (ou um país hegemônico) que proveesse essas funções.

O FMI foi criado para garantir a estabilidade monetária internacional. Para tanto, seus objetivos seriam, como definidos em seu acordo fundador: promover cooperação monetária

internacional, promover a estabilidade das taxas de câmbio, assistir o estabelecimento de um sistema multilateral de pagamentos, e fornecer empréstimos a países com desajustes no balanço de pagamentos.

Sistema de Cotas

Para fornecer os empréstimos aos países com problemas no balanço de pagamentos, o FMI recebe fundos de seus membros. A contribuição de cada país é baseada em uma cota, que é determinada pela participação do país na economia mundial, medida através de várias características, como Produto Interno Bruto² (PIB), quantidade de reservas internacionais e participação no comércio mundial.

As cotas têm quatro funções: determinar as contribuições dos membros aos recursos do fundo, determinar o acesso dos membros aos recursos do FMI, decidir a quantidade de Direitos Especiais de Saque (DES)³ e determinar o poder de voto.

O poder de voto na instituição se dá da seguinte maneira: todos os membros têm 250 votos básicos e mais um voto para cada 100.000 DES de sua cota. Para uma decisão ser aprovada é preciso 85% dos votos, e apenas os Estados Unidos têm poder de veto, pois possuem 16,79% dos votos.

O sistema de cotas é criticado por um grupo de países em desenvolvimento chamado de G-24, que inclui Brasil, Índia, China, México, entre outros. Esses países afirmam que o sistema de cotas não reflete as mudanças pelas quais a economia mundial passou desde a fundação do FMI. Por exemplo, a Europa possui 30% do poder de voto na instituição, mas seu PIB

corresponde a 20% do PIB mundial.

Outro ponto criticado pelos membros é a perda de importância dos votos básicos. Os 250 votos que todos os países recebem independentemente de sua cota servem para dar algum poder de representação para aqueles membros que não podem contribuir para o Fundo. No entanto, seu peso relativo tem diminuído continuamente: em 1945, correspondiam a 11,3% dos votos, e, em 2006, diminuíram para cerca de 2%.

Outro alvo de críticas no FMI é o processo de escolha do diretor-geral da instituição. Durante a Conferência de Bretton Woods, foi feito um acordo informal entre os Estados Unidos e os países europeus segundo o qual o diretor-geral do Banco Mundial sempre seria estadunidense e do FMI seria europeu.

Esse processo é considerado pouco transparente pelos membros que não participam da escolha do cargo mais alto do Fundo. Em 2007, essas críticas se intensificaram após um escândalo que afastou o presidente do Banco Mundial [ver também: [Crise no Banco Mundial](#)], levando a um questionamento do processo de escolha do presidente da instituição e, conseqüentemente, do acordo tácito feito em Bretton Woods.

Reforma de 2006

Em 2006, para fazer frente às críticas do G-24, o FMI iniciou um processo de mudança do poder de voto na instituição. Quatro membros, Coréia do Sul, Turquia, China e México (os dois últimos são membros do G-24) tiveram um aumento temporário de sua cota, a ser consolidado em dois anos.

No entanto, esse aumento foi criticado por outros membros, principalmente Argentina, Brasil, Egito e Índia. Esses países consideraram a mudança muito tímida, causando pouco efeito na estrutura decisória do FMI. Além disso, a mudança se deu em detrimento dos demais países, pois o aumento da cota de

² Vide glossário.

³ O Direitos Especiais de Saque (DES) é uma cesta de moedas compostas pelas principais moedas no mundo e é usada pelo FMI para captar recursos de seus membros e fornecer empréstimos.

um representa a diminuição do outro.

Segundo esses países, a reforma do FMI não deveria ser feita de forma incremental, passando uma pequena parte do poder de voto dos maiores cotistas para os menores. Eles defendem uma alteração no critério de distribuição de cotas, dando um peso maior para o PIB dos países. Alguns chegam até a defender um sistema de “um país, um voto”.

A pressão por mudanças no Fundo levou à renúncia, em 2007, do então diretor-geral da instituição, Rodrigo de Rato. O novo diretor, o francês Dominique Strauss-Kahn, foi escolhido com o apoio de diversos países em desenvolvimento, pois prometeu conduzir o FMI para uma reforma de seu sistema de cotas.

Em abril de 2008, foi aprovada a segunda fase da reforma iniciada em 2006, proposta por Strauss-Kahn, que aumenta o poder de voto de mais alguns países emergentes, além de confirmar as mudanças feitas em 2006. Com a reforma, 2% dos votos dos países desenvolvidos passaram para os países em desenvolvimento.

Outra mudança é que agora haverá uma revisão a cada cinco anos da distribuição de cotas. Antes, as cotas se mantinham inalteradas até a entrada de um novo membro. A reforma incorpora a revisão periódica das cotas como uma parte do sistema, alterando seu fundamento. Agora, não é necessário uma mudança substancial no FMI para que as cotas sejam revisadas.

No entanto, a reforma ainda é insuficiente, pois gerou uma alteração muito pequena no sistema de cotas, além de ter mantido os mesmo critérios anteriores para a distribuição das cotas. O sistema não foi capaz de representar as mudanças ocorridas na economia mundial desde a criação do FMI, na década de 1940. Por exemplo, o Brasil e a Índia estão entre os dez maiores PIBs no mundo, mas têm menos de 2% dos votos cada um mesmo após a reforma.

Por isso, apesar de aprovarem a reforma, os integrantes do G-24 afirmam que ela é apenas um primeiro passo. O sistema de distribuição de cotas ainda deve passar por muitas alterações para refletir a atual economia mundial.

Referência

KINDLEBERGER, Charles. The World in Depression, 1929-1939. University of Califórnia Press, 1986.

Sites:

BBC News

<http://www.bbc.co.uk/portuguese>

Folha Online

<http://www.folha.uol.com.br>

Fundo Monetário Internacional

<http://www.imf.org>



Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Vice-reitora: Profª. Patrícia Bernardes

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação-Geral: Profª. Liana Araújo Lopes

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Profa. Liana Araújo Lopes; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: Ana Caroline Maia; Celeste Cristina Badaró; Diego Paes; Eduardo Côrtes; Franceline Fukuda; Joana Laura Nogueira; Larissa Martins; Luísa Lima; Marina Robspierre.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Itaú, 525, 2º subsolo, Prédio Redentoristas – Dom Bosco - Belo Horizonte - MG - CEP 30850-035 Tel: (31)3319-4426 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>

